

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

Parecer nº 17/2025

**Manifesta o conhecimento, solicita providências e aprova o Projeto de Lei Orçamentária Anual 2026 (LOA 2026) da Secretaria Municipal de Educação (SEE) do Município de Santa Cruz do Sul-RS**

### I. INTRODUÇÃO:

O Conselho Municipal de Educação de Santa Cruz do Sul (CME/SCS), no exercício das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 8.411, de 7 de abril de 2020, manifesta o conhecimento, solicita providências e aprova o Projeto de Lei Orçamentária Anual 2026 (LOA) da Secretaria Municipal de Educação (SEE) do Município de Santa Cruz do Sul-RS.

### II. CONSIDERANDO:

1. A [Constituição Federal de 1988](#);
2. A [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional](#) (Lei nº 9.394/1996);
3. A [Lei nº 13.005/2014](#), que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências;
4. O Plano Municipal de Educação de Santa Cruz do Sul-RS - PME ([Lei nº 7.315/2015](#));
5. A Lei nº 9.774, de 19 de novembro de 2024, que institui a Política da Educação Integral em Tempo Integral no âmbito do Município de Santa Cruz do Sul-RS, e dá outras providências;
6. A obrigatoriedade da implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), em consonância com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Resolução CNE/CP nº 01/2004), demandando

Parecer nº 17/2025/CME/SCS  
Aprovado, por unanimidade, em Plenária, em 04 de dezembro de 2025

- planejamento orçamentário adequado para sua efetivação no âmbito municipal;
7. A Lei nº 10.031, de 22 de julho de 2025, que institui o Programa Municipal de Transporte Escolar de Santa Cruz do Sul, cria o Departamento Municipal de Transporte Escolar e dá outras providências e a Lei nº 10.158, de 29 de outubro de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.031, de 22 de julho de 2025, que institui o Programa Municipal de Transporte Escolar, cria o Departamento de Transporte Escolar e dá outras providências;
  8. O [Parecer CME/SCS nº 05, de 24 de junho de 2025](#), que manifesta conhecimento referente à Proposta do Plano Plurianual (PPA);
  9. O [Parecer CME/SCS nº 07, de 31 de julho de 2025](#), que autoriza para uso excepcional de Recursos Livres da Educação à Saúde voltado ao público infantil devido à situação emergencial justificada à intersetorialidade do tripé educação-saúde-social;
  10. O [Parecer CME/SCS nº 12, de 23 de outubro de 2025](#), que manifesta o conhecimento, solicita providências e aprova a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 (LDO/2026) da Secretaria Municipal de Educação (SEE) do Município de Santa Cruz do Sul/RS;
  11. Que a Lei Orçamentária Anual (LOA) é um instrumento de planejamento previsto no art. 165 da Constituição Federal, que estabelece as metas e prioridades da administração pública, orientando a elaboração do orçamento anual;
  12. A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101/2000), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
  13. A importância da LOA para a definição de políticas educacionais no âmbito municipal, garantindo a aplicação eficiente e transparente dos recursos públicos destinados à educação;
  14. A necessidade de compatibilizar as ações planejadas pela Secretaria

Parecer nº 17/2025/CME/SCS  
Aprovado, por unanimidade, em Plenária, em 04 de dezembro de 2025

Municipal de Educação (SEE) com as diretrizes estabelecidas na LOA, assegurando a coerência e a efetividade das políticas educacionais;

15. As competências do CME como órgão consultivo, propositivo, mobilizador, deliberativo, normativo, fiscalizador, de acompanhamento e de controle social;
16. O Ofício 295/SEE/2025, recebido no dia 28 de novembro, que solicita a apreciação e a deliberação do CME, como órgão fiscalizador, da LOA 2026 da SEE de Santa Cruz do Sul-RS;
17. A apresentação da LOA 2026, realizada pelo setor financeiro da SEE para a Comissão Legislação e Normas e demais conselheiros deste CME no dia 02 de dezembro de 2025.

### III. RELATÓRIO:

O Conselho Municipal de Educação (CME), juntamente à Comissão Legislação e Normas (CLN) analisou o documento da Lei Orçamentária Anual (LOA/2026) e a apresentação do Setor Financeiro da Secretaria Municipal de Educação (SEE) do Município de Santa Cruz do Sul-RS, verificando sua conformidade com as diretrizes legais e normativas vigentes. Durante a análise, observou-se que:

1. As metas estabelecidas na LOA 2026 estão alinhadas com os objetivos estratégicos da Educação Municipal, priorizando a qualidade do ensino e a equidade no acesso à educação;
2. As ações planejadas contemplam investimentos em infraestrutura, capacitação de profissionais da educação, e programas de apoio à criança e ao estudante, visando a melhoria dos indicadores educacionais;
3. Há uma previsão orçamentária adequada para a execução das ações propostas, demonstrando um planejamento financeiro responsável e realista.

### IV. ENCAMINHAMENTOS, PROVIDÊNCIAS E ALERTAS:

Recomenda-se a aprovação da LOA/2026 da Secretaria Municipal de Educação (SEE) do Município de Santa Cruz do Sul-RS, ressaltando a importância

Parecer nº 17/2025/CME/SCS  
Aprovado, por unanimidade, em Plenária, em 04 de dezembro de 2025

de que o planejamento orçamentário contemple as ações necessárias à garantia do direito à educação com qualidade social. Nesse sentido, fazem-se necessários os seguintes encaminhamentos, providências e alertas, com a devida previsão de recursos financeiros, visando assegurar a execução efetiva das políticas educacionais, o cumprimento das responsabilidades legais do ente municipal e o atendimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação (PME) e demais legislações correlatas:

1. A inclusão de mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos de aprendizagem para garantir a implementação eficaz das ações previstas;
2. A implementação de ações de melhoria das condicionalidades da Educação Municipal, em especial, melhoria dos indicadores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), para que o município possa receber os recursos referentes ao Valor Aluno Ano Resultado (VAAR);
3. A criação e manutenção de um núcleo de apoio com recursos humanos técnico-pedagógicos responsável pela Formação Continuada na/da SEE, para formação *in loco*, junto aos professores e profissionais da educação, assegurando o desenvolvimento profissional alinhado às políticas educacionais municipais, às demandas das instituições de ensino e ao Plano Municipal de Educação (PME), reiterando a importância da formação continuada para a qualidade do ensino;
4. A criação de um Núcleo de Planejamento, Projetos e Captação de Recursos, com Recursos Humanos Técnicos;
5. A implementação de um sistema contábil específico para o Setor Financeiro da Secretaria de Educação;
6. A adoção de um software para arquivamento digital dos documentos escolares, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
7. A consolidação, manutenção e ampliação da Política de Educação Integral em Tempo Integral na rede municipal;

Parecer nº 17/2025/CME/SCS  
Aprovado, por unanimidade, em Plenária, em 04 de dezembro de 2025

8. A valorização e a qualificação dos recursos humanos da rede municipal;
9. A previsão de políticas que contemplem a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), conforme Legislação;
10. A implementação da Política Municipal de Alfabetização;
11. A Implementação do Fórum Municipal de Educação para avaliação, monitoramento e construção do novo Plano Municipal de Educação (PME);
12. A compra de recursos de materiais pedagógicos diversos, conforme a necessidade e/ou pedido das escolas;
13. O investimento nos Planos de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCIs) das escolas que ainda não têm;
14. A compra de um prédio próprio para o Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos (CEMEJA);
15. A viabilidade de uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Centro Municipal de Atendimento ao Autista (CMA) Girassol;
16. A previsão de recursos financeiros para a execução da Lei do Programa Municipal de Transporte Escolar de Santa Cruz do Sul-RS;
17. A prioridade legal do Município é a oferta da Educação Infantil, conforme previsto no art. 11 da Lei nº 9.394/1996 - LDB, devendo ser assegurada, especialmente, a universalização do acesso à Pré-Escola e a ampliação da oferta de vagas em Creche para eliminação da lista de espera existente no Município, sendo que qualquer iniciativa de repasse de verba pública municipal para financiar o transporte de estudantes do Ensino Médio deve ser considerada inviável, uma vez que esta etapa de ensino é de responsabilidade prioritária do Estado, e o Município ainda enfrenta demandas na Educação Infantil, etapa creche;
18. A efetivação da implantação, regularização e fortalecimento dos Conselhos Escolares em todas as unidades da Rede Municipal de Ensino, assegurando recursos orçamentários para sua constituição, formação continuada dos conselheiros, entre outros.

Parecer nº 17/2025/CME/SCS  
Aprovado, por unanimidade, em Plenária, em 04 de dezembro de 2025

## V. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, a Comissão de Legislação e Normas manifesta seu conhecimento e Parecer favorável ao PL referente à Lei Orçamentária Anual/2026 (LOA/2026) da Secretaria Municipal de Educação do Município de Santa Cruz do Sul-RS (SEE/SCS), considerando sua importância para o planejamento e a execução das Políticas Educacionais Municipais e a necessidade de garantir a adequada aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios constitucionais. Ressalta-se, ainda, que as recomendações constantes neste Parecer devem ser observadas para assegurar a efetividade das ações previstas e o cumprimento das obrigações legais e das metas estabelecidas nas peças orçamentárias.

Este CME salienta que, até ao final do ano de 2026, seja entregue e/ou apresentado um Relatório Geral referente à Execução Orçamentária/2026.

Santa Cruz do Sul, 02 de dezembro de 2025.

### **Comissão de Legislação e Normas**

Carmen Lúcia de Lima Helfer - Coordenadora

Ana Carolina Lau

Anderson Roberto dos Santos

Graziela Maria Lazzari

Samantha Belzareno dos Santos Rosa

### **Assessora Técnica**

Carla Cristiane Mergen

### **Agente Administrativa**

Denise Biscaglia Ferreira



Maria Cristina Sandim Conrad

**Presidenta do CME/SCS**

Parecer nº 17/2025/CME/SCS

Aprovado, por unanimidade, em Plenária, em 04 de dezembro de 2025